



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
3ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração n. 0021770-84.2012.8.17.0000 (0278171-1/03)

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração n. 0021770-84.2012.8.17.0000 (0278171-1/03)

Apelante: Câmara de Vereadores do Chã Grande - PE

Advogado: Henrique Cesar Freire de Oliveira - OAB/PE n. 22508

Apelado: Daniel Alves de Lima

Advogado: Márcio Alexandre Valença Belchior - OAB/PE n. 17.610

Relator: Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. JULGAMENTO DAS CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL PELA CÂMARA DE VEREADORES. PRERROGATIVA DA FAZENDA PÚBLICA CONFERIDA À CÂMARA DE EDIS. INTELIGÊNCIA DO CPC, ART. 188. PRAZO EM DOBRO PARA RECORRER. APLICABILIDADE. RECURSO. INTERPOSIÇÃO POR MEIO DE FAX. ART. 2º DA LEI N. 9.800/1999. ACRÉSCIMO DE 5 (CINCO) DIAS CORRIDOS A SEREM CONTADOS DO TÉRMINO DO PRAZO RECURSAL. TEMPESTIVIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CPC, ART. 535. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE DO JULGADO. REDISCUSSÃO DA LIDE COM REVOLVIMENTO DA PROVA. IMPOSSIBILIDADE. MANIFESTAÇÃO DA PARTE CONTRÁRIA INÓCUA. IMPERATIVIDADE DOS LINDES PREVISTOS NO ART. 535 DO CPC. PRONUNCIAMENTO DO JUIZ SOBRE TODOS OS PONTOS DA CAUSA. DESNECESSIDADE. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS. PRECEDENTES CITADOS.

1. A prerrogativa da Fazenda Pública, prevista no CPC, art. 188, concernente à prorrogação de prazos em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer, abrange a Câmara de Vereadores Municipal, dès que esteja legitimada para agir em juízo. Precedente: STJ - STJ - Processo: REsp 596007 RJ 2003/0169223-6. Relator(a): Ministra ELIANA CALMON. Julgamento: 13/09/2004. Órgão Julgador: T2 - SEGUNDA TURMA. Publicação: DJ 25.10.2004 p. 302.

2. O art. 2º da Lei n. 9.800, de 26 de maio de 1999 (Lei do Fax), estabelece o prazo decadencial de cinco dias para entrega da petição autêntica concernente ao fax por meio de que se apresentou a petição. O quinquídio é contado a partir do dia seguinte ao termo final para protocolo da Irresignação, independentemente de ser dia útil ou não. Precedente: STJ - STJ - AgRg no AREsp 188.773/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/08/2012, DJe 24/08/2012.

3. *In casu*, a Câmara-embargante teria até o dia 15.11.2012 para interpor o competente recurso. Nada obstante, o encarte processual traz a informação de que o recurso foi interposto aos 14.11.2012. Assim, resta preclara a tempestividade do recurso aviado nestes autos.

4. No processo civil, os Embargos de Declaração são cabíveis em 4 (quatro) hipóteses, sendo três legais e uma oriunda da construção pretoriana. São elas: 1) obscuridade, 2) omissão ou dúvida, 3) contradição e, finalmente, 4) erro material, *rectius*: erro sobre premissa de fato.

5. Mesmo considerando a figura do erro material, é certo que a parte tem que encaixilhar a sua irresignação a uma das hipóteses previstas no art. 535 do CPC,

Des. Jorge Américo Pereira de Lira
Relator.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
3ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração n. 0021770-84.2012.8.17.0000 (0278171-1/03)

pois os Embargos de Declaração não se prestam a rediscutir o mérito da causa. Precedente: STJ - STJ - Processo: EDcl no REsp 1101015 BA 2008/0237093-6. Relator(a): Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI. Julgamento: 09/08/2010 Órgão Julgador: S1 - PRIMEIRA SEÇÃO Publicação: Dje 17/08/2010.

6. *In casu*, o embargante não trouxe aos autos elementos suficientes que demonstrem que o órgão julgador incorreu em contradição, omissão ou obscuridade, sendo certo que todos os pontos controvertidos da causa foram suficientemente enfrentados.


4. Como consabido: "O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (v. RJTJESP 115/207).

5. Embargos de Declaração conhecidos e rejeitados, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade, em REJEITAR OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS, tudo de acordo com o incluso voto, e notas taquigráficas, que passam a integrar este julgado.

Recife, 3.10.2013


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira.
Relator

Des. Jorge Américo Pereira de Lira
Relator.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
3ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração n. 0021770-84.2012.8.17.0000 (0278171-1/03)

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração n. 0021770-84.2012.8.17.0000 (0278171-1/03)

Apelante: Câmara de Vereadores do Chã Grande - PE

Advogado: Henrique Cesar Freire de Oliveira - OAB/PE n. 22508

Apelado: Daniel Alves de Lima

Advogado: Márcio Alexandre Valença Belchior - OAB/PE n. 17.610

Relator: Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

RELATÓRIO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA,
RELATOR:

Vistos etc.

A Câmara Municipal de Chã Grande interpôs os presentes Embargos de Declaração em face do julgamento do Agravo de Instrumento n. 0278171-1, objetivando a reforma do Acórdão lavrado, por maioria, pela 3ª Câmara de Direito Público, que expressou o seu sentir na forma da Ementa abaixo colacionada:

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. PARECER PRÉVIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - TCE-PE. REJEIÇÃO DAS CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL PELA CÂMARA DE VEREADORES LOCAL. CERCEAMENTO AO DIREITO DE DEFESA. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO.

1. O Tribunal de Contas, de acordo com o modelo constitucional, é órgão auxiliar do Poder Legislativo, emitindo, apenas, uma peça meramente informativa - parecer prévio. A Câmara de Vereadores, para modificar o opinativo, precisa de quorum qualificado de 2/3.

2. Pedido de abertura de produção de provas indeferido pela Câmara de Vereadores, que julgou irregulares as contas do chefe do Poder Executivo Municipal, com base no opinativo do Tribunal de Contas do Estado - TCE.

3. O Prefeito, no caso, tem o direito subjetivo de produzir prova. Evidenciado claro cerceamento ao direito de defesa do Prefeito quando não oportunizada a produção de prova técnica, oral, deponencial ou testemunhal.

4. Cabe ao Estado Juiz o controle extrínseco - formal - da legalidade.

5. Recurso conhecido e provido por maioria de votos, restando prejudicado o Agravo Regimental.

A Embargante concentra suas forças em dizer que houve "uma clara contradição no referido acórdão, sendo imperiosa a sua reforma", cf. fl. 99. Sustenta que foram cumpridos os requisitos formais do julgamento das contas

Des. Jorge Américo Pereira de Lira
Relator.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
3ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração n. 0021770-84.2012.8.17.0000 (0278171-1/03)

do Prefeito Municipal, reativas ao exercício de 1998, sendo oportunizado ao Ex-Chefe do Poder Executivo a chance de produzir provas pra formar o convencimento do Órgão Legislativo Municipal, vide fl. 99.

No mais, voltou a percutir a matéria de fundo de direito, aduzindo que cabe ao Judiciário apenas analisar a legalidade do procedimento de julgamento das contas do Prefeito Municipal, e que o julgamento representa uma interferência no mérito do julgamento feito pelo Poder Legislativo, cf. fls. 104.

Alfim, a Câmara de Vereadores de Chã Grande sustenta que não há previsão de realização de perícia ou de oitiva de testemunhas no Regimento Interno da Câmara de Vereadores, ou na Lei Orgânica do Município; o simples indeferimento de produção de prova, de maneira fundamentada, não implica em cerceamento de defesa de acordo com a jurisprudência pátria; a defesa foi devidamente ofertada segundo o procedimento da casa; não havia pertinência das provas pleiteadas e a matéria apreciada, seja pela preexistência de perícias técnicas (duas), seja pela clara desnecessidade de oitiva de terceiro alheio à demanda, cf. fls. 104/104.

Adunou documentos ao *petitum*, vide fls. 107/162.

Eis o relatório.

O feito independe da inclusão em pauta de julgamento, consoante reza o art. 85, alínea b, do RITJPE.

Recife, 3.10.2013


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Relator

Des. Jorge Américo Pereira de Lira
Relator.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
3ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração n. 0021770-84.2012.8.17.0000 (0278171-1/03)

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração n. 0021770-84.2012.8.17.0000 (0278171-1/03)

Apelante: Câmara de Vereadores do Chã Grande - PE

Advogado: Henrique Cesar Freire de Oliveira - OAB/PE n. 22508

Apelado: Daniel Alves de Lima

Advogado: Márcio Alexandre Valença Belchior - OAB/PE n. 17.610

Relator: Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

VOTO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA,
RELATOR:

À saída, registro que a Câmara de Vereadores, quando legitimada a agir em causa própria, goza das mesmas prerrogativas da Fazenda Pública. Portanto, os prazos para recorrer, em prol da Câmara de Edis, serão contados em dobro.

Neste sentido:

Ementa. PROCESSUAL CIVIL - PRAZO EM DOBRO PARA RECURSO - ART. 188 DO CPC - FAZENDA PÚBLICA - CONCEITO - ABRANGÊNCIA - CÂMARA MUNICIPAL - DIREITO À PRERROGATIVA. 1. Desde que legitimada para estar em juízo, a Câmara Municipal goza da prerrogativa prevista no art. 188 do CPC, que confere à Fazenda Pública o prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer. 2. Recurso especial provido¹.

Assim, pela contagem regular do prazo para interposição dos Aclaratórios, associando-o à prerrogativa inserta no CPC, art. 188, a Câmara de Vereadores teve o prazo de 10 (dez) dias para interpor o recurso, ora sob enfoque.

Portanto, teria até o dia 10.11.2012 para recorrer do acórdão proferido pela 3ª Câmara de Direito Público, uma vez que a decisão somente foi publicada aos 31.10.2012.

A Câmara-recorrente utilizou-se de meio eletrônico (FAX) para interpor o recurso de integração. A cópia da irresignação foi protocolada nesta c. Casa de Justiça Estadual aos 09.11.2012, um dia antes do fim do prazo recursal. Nada obstante, é certo que a Lei do Fax (n. 9.800/1999), dispõe que a peça

¹ STJ - Processo: REsp 596007 RJ 2003/0169223-6. Relator(a): Ministra ELIANA CALMON. Julgamento: 13/09/2004. Órgão Julgador: T2 - SEGUNDA TURMA. Publicação: DJ 25.10.2004 p. 302.

Des. Jorge Américo Pereira de Lira
Relator.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
3ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração n. 0021770-84.2012.8.17.0000 (0278171-1/03)

original deve ser entregue em juízo em até 5 (cinco) dias depois do término do prazo. A jurisprudência do c. STJ, inclusive, agasalha tal entendimento legal da forma a seguir esposada. Leia-se:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO VIA FAX. PRAZO PARA JUNTADA DA PETIÇÃO ORIGINAL. CONTÍNUO. TERMO INICIAL. DIA SEGUINTE AO FIM DO PRAZO RECURSAL. 1. O art. 2º da Lei n. 9.800, de 26 de maio de 1999, estabelece o prazo decadencial de cinco dias para entrega da petição autêntica concernente ao fax por meio de que se apresentou a petição. O quinquídio é contado a partir do dia seguinte ao termo final para protocolo da irresignação, independentemente de ser dia útil ou não. Precedentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento².

Nesta toada, o Embargante teria até o dia 15.11.2012 para interpor o competente recurso. Nada obstante, o encarte processual traz a informação de que o recurso foi interposto tempestivamente, em 14.11.2012, cf. certidão repousada à fl. 167.

Assim, cômico de que foi SATISFEITO o requisito de admissibilidade recursal da tempestividade, sigo adiante.

Pela leitura dos autos, percebe-se que o recorrente pretende rediscutir o mérito da decisão. Todos os argumentos relevantes ao mérito do recurso foram apreciados. Deste modo, não enxergo pechas processuais, tampouco restaram presentes os lindes processuais previstos no CPC, art. 535.

Verbera a Câmara-recorrente que, nem o regimento interno da Câmara de Vereadores de Chã Grande, nem a Lei Orgânica do Município, ambas, não preveem a realização de perícia ou de oitiva de testemunhas. Todavia, o conceito de ampla defesa albergado na Constituição da República é amplíssimo, de modo que a realização destas diligências não representaria qualquer prejuízo ao julgamento das contas do ex-prefeito por parte da Câmara de Edis.

Ao contrário do que alega, o indeferimento de produção de prova, da maneira como posta agride o princípio do contraditório e ampla defesa.

Assim, não merece prosperar a ideia arguida pela Câmara-Embargante de que não havia pertinência das provas requestadas ou da matéria apreciada.

Entendo, portanto, que não há pecha de contradição, omissão, obscuridade ou mesmo erro sobre premissa de fato, assaz capaz de ensejar o acolhimento deste recurso de integração.

O c. STJ já consignou inúmeras vezes que, mesmo nos casos de erro sobre premissa de fato, os recorrentes devem demonstrar a ocorrência das

² STJ – AgRg no AREsp 188.773MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, Julgado em 14/08/2012, DJe 24/08/2012.

Des. Jorge Américo Pereira de Lira
Relator.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
3ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração n. 0021770-84.2012.8.17.0000 (0278171-1/03)

hipóteses previstas no art. 535 do CPC (contradição, omissão ou obscuridade) ao caso julgado, o que não aconteceu na hipótese.

Em absoluto, é desnecessário que o julgador enfrente, ponto a ponto, todos os temas discutidos na causa, sobretudo se a decisão se encontra suficientemente fundamentada. A apreciação dos pontos apontados pela Câmara-embargante em nada mudaria a conclusão do julgado. Adrede, colha-se:

O órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio³.

Nesse mesmo sentido, com adequação ao caso:

"O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (v. RJTJESP 115/207).

O c. Superior Tribunal de Justiça nos ensina com a sua contribuição. Colha-se o seguinte julgado paradigmático:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTERPOSIÇÃO, EM PETIÇÃO AVULSA, CONTRA ACÓRDÃO QUE, REJEITANDO QUARTOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, DIANTE DA CONDUTA PROCESSUAL ABUSIVA DO EMBARGANTE, DETERMINOU A IMEDIATA CERTIFICAÇÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO E A BAIXA INCONTINENTI DOS AUTOS À ORIGEM. INEXISTÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO. QUINTOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. DETERMINAÇÃO DE BAIXA IMEDIATA. 1. Evidente o descabimento dos presentes Embargos de Declaração, em que o Embargante busca discutir o mérito de Acórdão que, diante da conduta processual abusiva do Embargante, consistente em sucessivamente embargar (...), todas, por unanimidade, rejeitadas. 2. (...) Ainda: STF-RT 832/165; STJ-5ª T., Resp 731.024-AgRg-EDcl.-EDcl-EDecl-EDecl-EDecl, Min. GILSON DIPP, j. 16.10.10, DJ 22.11.10) - Cf. THEOTÔNIO NEGRÃO, "CPC", 43ª ed., 2011, p. 692, art. 535, 1ª nota). 3. Tratando-se de Embargos de Declaração Interpostos por Intermédio de petição avulsa, após a certificação de trânsito em julgado e baixa dos autos, ante o Insucesso de numerosos Embargos de Declaração, patente a inadmissibilidade da pretensão processual ora formulada, de modo que se determina o envio imediato do expediente avulso à Comarca de origem, para, em atenção ao princípio da documentação dos

³ STJ-1ª Turma, AI 169.073-SP-AgRg, rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v.u., DJU 17.8.98, p. 44.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
3ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração n. 0021770-84.2012.8.17.0000 (0278171-1/03)

atos processuais, apensamento aos autos. 4. Embargos de Declaração rejeitados, com determinação (n. 3, supra)⁴.

Este é o caso dos autos. Como já salientamos, não há nos autos qualquer pecha de contradição, omissão ou obscuridade do julgado em referência que mereça prosperar.

Destarte, à vista de que os Embargos de Declaração não se prestam a rediscutir o mérito da causa, e, sendo certo de que não há qualquer *vício* no acórdão embargado assaz capaz de justificar os pedidos aclaratórios, entendo que o caso não comporta integração pela via estreita dos Embargos de Declaração. Neste pórtico, passo ao desenlace.

Forte em tais razões, VOTO pela REJEIÇÃO dos presentes Embargos Declaratórios.

É como penso. É como voto.

Recife, 3. 10. 2013

Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira.

Relator

⁴ STJ - EDcl nos EDcl nos EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg no Ag 720839 (2005/0189668-1 - 02/12/2011). Min. Sidnei Benetti, j. 22.11.2011, DJ 02.12.2011.